



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CARIA

**Relatório  
e  
Contas  
2015**



## Relatório da Direcção

Reunida a Direcção do Centro Assistência Paroquial de Caria, procedeu-se à análise das contas referentes ao exercício findo.

É da nossa responsabilidade a apresentação das demonstrações financeiras e que estas apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição e o resultado das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para este tipo de entidades, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

O relatório da direcção e planos de actividade é apresentado em documento autónomo.

As contas que apresentamos neste documento foram elaboradas pelo Contabilista Certificado, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Instituição.

De referir:

### **1. Factores relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Após o termo do exercício não existiram factos dignos de relato.

### **2. Proposta de aplicação de resultados**

A Direcção propõe ao Conselho Geral que os resultados líquidos no montante de € 37.116,03 sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

### **3. Dívidas ao Estado**

A Instituição não tem dívidas em mora para com a Segurança Social, nem para com as Finanças.

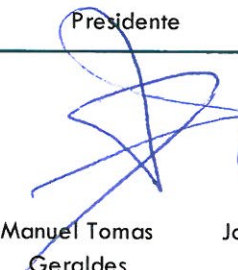
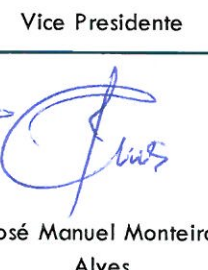
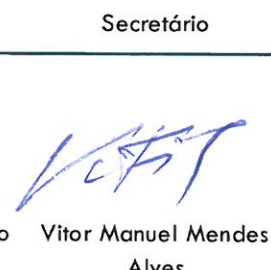
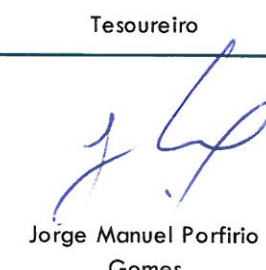


#### 4. Agradecimentos

Gostaríamos ainda de deixar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, que em 2015 contribuíram para o desempenho e desenvolvimento da Instituição.

Covilhã, 31 de Março de 2016

A Direcção,

Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro
			
Manuel Tomas Geraldes	José Manuel Monteiro Alves	Vitor Manuel Mendes Alves	Jorge Manuel Porfirio Gomes



## Introdução

Prestar contas é o acto de relatar aos interessados, directos e indirectos, a actividade da Instituição no decurso de um ano. Trata-se de uma obrigação legal através da qual se avalia e justifica o dia-a-dia da Instituição, desde a materialização dos objectivos traçados, até à justificação da execução financeira referente ao ano em relato.

Naturalmente que, em períodos de crise, as dificuldades, independentemente da sua dimensão, tendem a avolumar-se e, de certa maneira, acabam por limitar ou condicionar as linhas orientadoras inicialmente traçadas.

A especificidade da actividade deste tipo de entidades, muito exposta a financiamento públicos, limita particularmente a sua acção, mas, por outro lado, obriga a uma responsabilidade acrescida na hora de prestar contas, pois trata-se de gerir dinheiros públicos.

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade.

O objectivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte da direcção dos recursos a ela confiados. Para satisfazer este objectivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- a) Activos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos e ganhos);
- e) Gastos (gastos e perdas);
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais; e
- g) Fluxos de caixa.

Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados;
- c) Uma demonstração dos fluxos de caixa; e



- d) Um anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.

Na nossa perspectiva, as demonstrações financeiras, além de uma obrigação legal, são também uma peça fundamental de suporte ao relatório da direcção.

Neste sentido, elaborou-se o presente documento que deixamos aqui para vossa análise e discussão.



(José Damasceno - CC 1589)



## BALANÇO EM 31/12/2015

Rúbricas	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Activo</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.3/4	17 456,25	18 296,22
Activos intangíveis	3.3/5		
Investimentos financeiros	3.3/6	2 039,24	673,70
<b>Sub-Total</b>		<b>19 495,49</b>	<b>18 969,92</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	3 883,59	2 901,84
Clientes	3.4/10.1	2 860,35	5 942,33
Estado e outros entes públicos	3.4/12.2	3 516,69	74,11
Caixa e depósitos bancários	3.12/10.2	264 542,13	179 892,23
<b>Sub-Total</b>		<b>274 802,76</b>	<b>188 810,51</b>
<b>Total do activo</b>		<b>294 298,25</b>	<b>207 780,43</b>
<b>Fundo Patrimoniais e passivo</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	12.3	38 507,20	38 507,20
Reservas	12.3	140 440,15	140 440,15
Resultados transitados	12.3	-62 680,55	-162 968,67
<b>Sub-Total</b>		<b>116 266,80</b>	<b>15 978,68</b>
<b>Resultado liquido do período</b>	12.3	37 116,03	98 595,41
<b>Total do fundo social</b>		<b>153 382,83</b>	<b>114 574,09</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.4/10.1	19 479,52	22 658,09
Estado e outros entes públicos	3.4/12.2	23 772,96	14 413,27
Outras contas a pagar	3.4/10.1	97 662,94	56 134,98
<b>Total do passivo</b>		<b>140 915,42</b>	<b>93 206,34</b>
<b>Total do fundo social e do passivo</b>		<b>294 298,25</b>	<b>207 780,43</b>



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS**

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	8	492 768,45	375 719,10
Subsídios, doações e legados à exploração	8/9	352 333,34	348 576,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-119 733,38	-105 238,53
Fornecimentos e serviços externos	12.4	-143 788,21	-136 296,16
Gastos com o pessoal	11	-540 351,09	-383 008,69
Outros rendimentos e ganhos	8	546,91	5 042,23
Outros gastos e perdas	12.5	-401,42	-947,87
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>41 374,60</b>	<b>103 846,08</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-4 258,57	-5 250,67
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>37 116,03</b>	<b>98 595,41</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>37 116,03</b>	<b>98 595,41</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>37 116,03</b>	<b>98 595,41</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES**

Rendimentos e Gastos	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Semi Apoio	LAR	Creche	Jardim	ATL	Períodos	
								31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	17 142,91	30 695,39	31 295,39	369 591,19	15 015,39	12 309,89	16 718,29	492 768,45	375 719,10
Custo das vendas e serviços prestados	52 947,82	54 837,95	44 106,66	333 805,94	72 918,56	59 642,71	32 109,44	650 369,06	473 059,77
<b>Resultado Bruto</b>	<b>-35 804,91</b>	<b>-24 142,56</b>	<b>-12 811,27</b>	<b>35 785,25</b>	<b>-57 903,17</b>	<b>-47 332,82</b>	<b>-15 391,15</b>	<b>-157 600,61</b>	<b>-97 340,67</b>
Outros rendimentos	23 860,08	89 885,88	79 987,92	78 238,30	35 791,44	15 855,92	29 260,71	352 880,25	353 618,23
ISS, IP - Centro Distrital	21 644,72	87 678,15	77 780,63	75 099,00	35 372,32	15 436,80	11 861,88	324 873,50	306 395,47
Outros	2 215,36	2 207,73	2 207,29	3 139,30	419,12	419,12	17 398,83	28 006,75	47 222,76
Gastos administrativos	16 101,11	12 860,71	12 640,52	91 418,33	8 485,93	8 193,83	8 061,75	157 762,19	156 735,28
Outros Gastos	44,73	44,75	44,75	175,30	29,37	29,37	29,36	397,63	947,87
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-28 090,67</b>	<b>52 837,86</b>	<b>54 491,38</b>	<b>22 429,92</b>	<b>-30 627,03</b>	<b>-39 700,10</b>	<b>5 778,45</b>	<b>37 119,82</b>	<b>98 594,41</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	0,04	0,01	0,01	3,70	0,01	0,01	0,01	3,79	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-28 090,71</b>	<b>52 837,85</b>	<b>54 491,37</b>	<b>22 426,22</b>	<b>-30 627,04</b>	<b>-39 700,11</b>	<b>5 778,44</b>	<b>37 116,03</b>	<b>98 594,41</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-28 090,71</b>	<b>52 837,85</b>	<b>54 491,37</b>	<b>22 426,22</b>	<b>-30 627,04</b>	<b>-39 700,11</b>	<b>5 778,44</b>	<b>37 116,03</b>	<b>98 594,41</b>

**Demonstração das alterações do fundo patrimonial no período de 2013 e 2014**

Descrição	Fundo patrimonial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição em 1 de Janeiro de 2014</b>	38 507,20	140 440,15	-201 079,37	40 375,74	18 243,72
Resultado exercício de 2013			40 375,74	-40 375,74	
Outras variações			-2 265,04		-2 265,04
Resultado exercício de 2014				98 595,41	98 595,41
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>38 507,20</b>	<b>140 440,15</b>	<b>-162 968,67</b>	<b>98 595,41</b>	<b>114 574,09</b>

**Demonstração das alterações do fundo patrimonial no período de 2014 e 2015**

Descrição	Fundo patrimonial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição em 1 de Janeiro de 2015</b>	38 507,20	140 440,15	-162 968,67	98 595,41	114 574,09
Resultado exercício de 2014				-98 595,41	-98 595,41
Outras variações			100 288,12		100 288,12
Resultado exercício de 2015				37 133,06	37 133,06
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>38 507,20</b>	<b>140 440,15</b>	<b>-62 680,55</b>	<b>37 133,06</b>	<b>153 399,86</b>



## ANEXO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

#### 1.1. Designação da entidade

Centro Assistência Paroquial de Caria

#### 1.2. Sede

Caria

6250-111 Caria

#### 1.3. NIPC

501636633

#### 1.4. Natureza da actividade

O Centro Assistência Paroquial de Caria é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objectivos de utilidade pública.

#### 1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 18 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL), aprovadas pelo DL 36 A/2011.

Os instrumentos legais do SNC-ESNL são os seguintes:

- Decreto-lei 36 A/2011, de 9 de março (Base para a apresentação das demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de contas);
- Aviso n.º 6726 B/2011, de 14 de março (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo)
- Decreto-Lei n.º 158/2009 - de 13 de Julho (SNC)

#### 2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro de Assistência Paroquial de Caria, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

#### 3.2. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

#### 3.3. Activos fixos tangíveis / intangíveis

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho, registado numa conta de activos intangíveis e valorizado pelo custo.

#### 3.4. Dívidas de terceiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas de terceiros, a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### 3.5. Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

#### 3.6. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

#### 3.7. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salário, subsídio de alimentação, diuturnidades, abono para falhas, subsídio de transporte subsídio de férias e de natal e fundo de garantia de compensação do trabalho.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido

### 3.8. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

### 3.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efectuados juízos de valor nem estimativas, nem foram utilizados pressupostos capazes de afectar as quantias relatadas de activos e passivos, ou as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

### 3.10. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Centro de Assistência Paroquial de Caria.

### 3.11. Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do Centro de Assistência Paroquial de Caria.

### 3.12. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	31-12-2015	31-12-2014	Observações
Caixa	11	24,64	1 080,78	Valores guardados em cofre para pequenas despesas
Depósitos à ordem	12	264 517,49	178 812,15	
<b>Total</b>		<b>264 542,13</b>	<b>179 892,93</b>	



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Rúbricas	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		514 568,52	382 859,95
Recebimentos de subsídios, doações e legados á exploração		352 333,34	348 576,00
Pagamentos a fornecedores		-236 724,56	-180 623,98
Pagamentos ao pessoal		-420 836,52	-318 058,06
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>209 340,78</b>	<b>232 753,91</b>
Outros recebimentos / pagamentos		-118 972,14	-98 092,09
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>90 368,64</b>	<b>134 661,82</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-4 839,35	-2 240,27
Investimentos financeiros		-1 365,54	-673,70
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		486,15	296,46
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)</b>		<b>-5 718,74</b>	<b>-2 617,51</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>84 649,90</b>	<b>132 044,31</b>
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6/10.2	179 892,23	47 847,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6/10.2	264 542,13	179 892,23



#### 4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	31-12-2015
Edifícios e outras construções	178 802,81		178 802,81
Equipamento básico	75 880,59	2 004,10	77 884,69
Equipamento de transporte	76 004,09		76 004,09
Equipamento de Administrativo	3 717,13		3 717,13
Outros activos tangíveis	1 014,75	1 414,50	2 429,25
<b>Activo tangível bruto</b>	<b>335 419,37</b>	<b>3 418,60</b>	<b>338 837,97</b>
Depreciações acumuladas	317 123,15	4 258,57	321 381,72
<b>Activo tangível líquido</b>	<b>18 296,22</b>	<b>7 677,17</b>	<b>17 456,25</b>

#### 5. ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:

Os activos fixos intangíveis deixaram de ter expressão no balanço conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2014	Adições	31-12-2015
Programas de Computador	947,10		947,10
<b>Activo intangível bruto</b>	<b>947,10</b>		<b>947,10</b>
Depreciações acumuladas	947,10		947,10
<b>Activo intangível líquido</b>			

#### 6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, registado numa conta de investimentos financeiros e valorizado pelo custo.



Em 2015 foi constituído o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, que se destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	1 767,84	673,70
FRSS	271,40	
<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>2 039,24</b>	<b>673,70</b>

## 7. INVENTÁRIOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das existências consumidas:

Movimentos	31-12-2015	31-12-2014	Varição
Saldo inicial	2 901,84	1 025,65	
Compras	119 210,63	107 114,72	11,29%
Saldo final	2 379,09	2 901,84	-18,01%
<b>Gasto no exercício</b>	<b>119 733,38</b>	<b>105 238,53</b>	<b>13,77%</b>

## 8. RENDIMENTOS (Rédito e Ganhos)

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

Rúbricas	31-12-2015	31-12-2014	Varição
<b>Prestação de serviços</b>	<b>492 030,45</b>	<b>375 719,10</b>	<b>30,96%</b>
Mensalidades / Matriculas	481 938,34	374 105,60	
Outras participações	10 092,11	1 613,50	
<b>Subsidios à exploração</b>	<b>350 628,86</b>	<b>344 775,83</b>	<b>1,70%</b>
Do estado e outros entes publicos	350 628,86	344 775,83	
<b>Doações e Heranças</b>	<b>1 704,48</b>	<b>3 800,17</b>	<b>-55,15%</b>
Doações	1 704,48	3 800,17	
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>60,76</b>	<b>4 745,77</b>	<b>-98,72%</b>
Outros	60,76	4 745,77	
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>	<b>486,15</b>	<b>296,46</b>	<b>63,99%</b>
Juros Obtidos	486,15	296,46	
<b>Total</b>	<b>844 910,70</b>	<b>729 337,33</b>	<b>15,85%</b>



## 9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

- Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde
- No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Em relação aos subsídios atribuídos pelo IEPF são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.
- Os subsídios e doações foram os constantes do quadro seguinte:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>		
ISS, IP - Segurança Social	324 873,50	306 395,47
Autarquias	16 978,74	17 157,12
IEFP	8 776,62	21 223,24
Doações	1 704,48	3 800,17
<b>Total</b>	<b>352 333,34</b>	<b>348 576,00</b>

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

### 10.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Activos</b>		
Clientes	2 860,35	5 942,33
Estado e outros entes públicos	3 516,69	74,11
<b>Total do activo</b>	<b>6 377,04</b>	<b>6 016,44</b>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	19 479,52	22 658,09
Estado e outros entes públicos	23 772,96	14 413,27
Outras contas a pagar:	97 662,94	56 134,98
<b>Total do passivo</b>	<b>140 915,42</b>	<b>93 206,34</b>



## 10.2. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa	24,64	1 080,78
Depósitos à ordem	264 517,49	178 812,15
<b>Total</b>	<b>264 542,13</b>	<b>179 892,93</b>

## 11. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31-12-2015	31-12-2014	Variação
Remunerações do pessoal	436 990,84	315 709,09	38,42%
Encargos sobre remunerações	94 485,81	62 822,59	50,40%
Seguros acidentes trabalho	2 253,87	124,32	1712,96%
Outros gastos com o pessoal	6 620,57	4 352,69	52,10%
<b>Total</b>	<b>540 351,09</b>	<b>383 008,69</b>	<b>41,08%</b>
<b>N.º Medio Funcionarios</b>	<b>51</b>	<b>38</b>	<b>34,21%</b>

## 12. Outras informações

### 12.1. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

**12.2. Estado e outros entes públicos**

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Estado e outros entes públicos</b>		
<b>Activos</b>		
Imposto sobre o rendimento	121,54	
Imposto sobre o valor acrescentado	3 395,15	74,11
<b>Total</b>	<b>3 516,69</b>	<b>74,11</b>
<b>Estado e outros entes públicos</b>		
<b>Passivos</b>		
Retencao impostos sobre o rendimento	3 291,50	1 313,50
Contribuições para a segurança social	20 379,82	13 018,39
FCT/FGCT	101,64	81,38
<b>Total</b>	<b>23 772,96</b>	<b>14 413,27</b>

**12.3. Fundo patrimonial**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fundo patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fundo Patrimonial	38 507,20	38 507,20
Reservas	140 440,15	140 440,15
Resultados transitados	-62 680,55	-162 968,67
Resultado liquido do período	37 116,03	98 595,41
<b>Total</b>	<b>153 382,83</b>	<b>114 574,09</b>

**12.4. Fornecimentos e serviços externos**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:


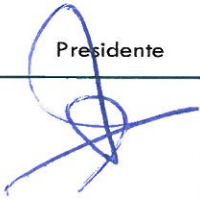



Rúbricas	31-12-2015	31-12-2014	Variação
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>			
Trabalhos especializados	9 635,57	12 168,58	-20,82%
Publicidade e propaganda		36,90	-
Vigilância e Segurança		303,81	-
Honorários	29 613,08	21 138,00	40,09%
Comissões	67,60	6,00	-
Conservação e reparação	15 572,49	10 630,81	46,48%
Serviços bancários		5,41	-
Outros Serviços	46,98	8,00	487,25%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	4 859,36	11 243,62	-56,78%
Material escritório	1 574,13	2 191,33	-28,17%
Artigos para oferta		95,02	-
Material didático	563,31	1 072,34	-47,47%
Outros Materiais	235,66	138,19	70,53%
Eletricidade	7 985,13	7 252,44	10,10%
Combustíveis	3 413,69	3 966,70	-13,94%
Água	367,02	462,80	-20,70%
Gás	19 129,88	16 046,20	19,22%
Gás/óleo Aquecimento	15 316,80	15 791,00	-3,00%
Deslocações e estadas	148,46	793,76	-81,30%
Rendas e alugueres	669,84		-
Comunicação	2 000,26	1 900,54	5,25%
Seguros	2 477,20	2 648,33	-6,46%
Limpeza, higiene e conforto	28 130,64	26 839,63	4,81%
Outros Serviços	1 981,11	1 556,75	27,26%
<b>Total</b>	<b>143 788,21</b>	<b>136 296,16</b>	<b>5,50%</b>

**12.5. Outros gastos e perdas**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	31-12-2015	31-12-2014	Varição
<b>Outros gastos e perdas</b>			
Impostos	397,63	357,37	11,27%
Quotizações		350,00	-
Outros		239,58	-
<b>Total</b>	<b>397,63</b>	<b>946,95</b>	<b>-58,01%</b>

Covilhã, 31 de Março de 2016

CC n.º 1589	Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro
				
José Damasceno	Manuel Tomas Geraldès	José Manuel Monteiro Alves	Vítor Manuel Mendes Alves	Jorge Manuel Porfírio Gomes



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o disposto na alínea c) do artigo 26º dos Estatutos e no cumprimento do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal do Centro de Assistência Paroquial de Caria, submeter à Vossa apreciação o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015.

Ao longo do período em apreço, acompanhámos a actividade da Instituição. Da análise dos elementos contabilísticos da Instituição, de informações recebidas da área institucional e das reuniões com a vogal da Direcção mandatada para o efeito, constatámos o bom cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor.

### PARECER

Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direcção respeitante ao exercício findo e as demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro de Assistência Paroquial de Caria em 31 de Dezembro de 2015.

Assim e após a análise de todas as peças, com que concordamos, propõe o Conselho Fiscal:

1. Que seja aprovado o Relatório e as Contas do Centro de Assistência Paroquial de Caria, referentes ao exercício de 2015.

2. Que se manifeste o reconhecimento a todos os colaboradores que contribuíram para o progresso da Instituição.

3. Concordar com a proposta apresentada pela Direcção no sentido de proceder à transferência das Reservas escrituradas em conta própria, para a conta de Resultados Transitados no sentido de cobrir prejuízos anteriores.

Caria, 31 de Março de 2016

O Presidente

O Secretário

O Vogal